

Preâmbulo para o pensamento político-social de Deleuze e Guattari

Bruno Domingues Machado

^{1*} Faculdade de Letras – UFRJ / email: bruno1983@gmail.com

Resumo:

Este artigo visa introduzir a viabilidade de o pensamento de Gilles Deleuze e Félix Guattari conseguir pensar a sociedade na medida em que ela se constrói em ato, antes da reprodução de suas estruturas reconhecíveis. Isto é, a viabilidade de se pensar a construção atual, já em realização, de uma outra sociedade na sociedade em que vivemos – dispensando, com isso, a necessidade de fazer apelo a uma ideia de sociedade futura, ou a derrubada macropolítica e integral da sociedade vigente. Para tanto, o artigo tenta articular as diferenças entre o que os autores chamam de “molar” e “molecular”, indispensável aos raciocínios acima, tentando mostrar como é possível pensar por meio de enunciados uma ordem da realidade aparentemente insubmissa à qualquer enunciado.

Palavras-chave: deleuze; guattari; política; sociedade; revolução.

^{1*} Pós-doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação de Ciência da Literatura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista PDR-10 da FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro).

[Max Stirner] transforma a sociedade, antes que esta exista, num instrumento do qual quer tirar proveito, sem que ele e outras pessoas tenham produzido uma sociedade.

[Max Stirner] acredita que os comunistas esperam que 'a sociedade' lhes 'dê' alguma coisa qualquer, ao passo que estes, quando muito, querem dar a si mesmos uma sociedade.
– Karl Marx

1. A produção social

O pensamento político-social de Deleuze e Guattari, presente sobretudo em *O Anti-Édipo* (1972) e *Mil Platôs* (1980), estabelece um diálogo explícito com o pensamento de Marx e Engels, sem, no entanto, se permitir inscrever dentro do marxismo ou mesmo de um pós-marxismo. Isso se dá pelo fato de que, embora alinhe a algumas das principais proposições de Marx dadas para a história e o capitalismo, eles tratam de dar-lhes uma renovação filosófica que as transforma em proposições não marxistas, embora não se possa afirmar que se contraponham a Marx. Talvez, um dos principais pontos desse atravessamento criativo sobre Marx apareça na transposição da ideia de revolucionamento social, em favor de uma dinâmica atual, sempre atuante, em qualquer parte da sociedade, independente de uma transformação sensível abrupta ou em etapas. Essa diferença poderia ser resumida por uma formulação até certo ponto famosa de Deleuze e Guattari: “não o futuro da revolução, mas o devir revolucionário”. Ou, ainda, pelos momentos em que Deleuze e Guattari afirmam que as condições para transformações sociais “estão sempre dadas”. Aqui, neste texto, trata-se não exatamente de remeter as ideias dos dois filósofos franceses às ideias do grande pensador alemão. Nem desenvolver a ideia de um devir revolucionário (embora, quero crer, essa ideia acompanhe este texto de forma subjacente). Trata-se, antes, de tentar mostrar como o pensamento de Deleuze e Guattari nos conduz à percepção de que as formações de uma sociedade não dizem respeito apenas às suas formas de reprodução constantes, necessárias para mantê-la idêntica a si mesma ao longo dos anos; elas dizem respeito também a constituição de uma outra sociedade dentro da sociedade em que vivemos.

Para auxiliar na inteligibilidade dessa ideia, Deleuze e Guattari julgam necessário discernir a existência de duas dimensões fundamentais, o que o fazem pela primeira vez em 1972, sobretudo no último capítulo de *O Anti-Édipo*. A dimensão do que se constrói em ato (em vez de reproduzir o já existente), à qual eles dão o nome de “molecular” (para a qual desenvolvem uma lógica apropriada, de modo que, sem ela, dependeríamos de saberes institucionalizados para pensar a sociedade – o que nos manteria presos à imagem de si que ela mesma engendra). E a dimensão do já instituído, reconhecível nos espaços governamentais, nas repartições públicas, nos espaços privados, nos costumes ou até no que consideramos mais espontâneo; tudo isso em um horizonte de eventos teórica ou cotidianamente pensável pelos instrumentos de que hoje dispomos. À essa dimensão, Deleuze e Guattari dão o nome de “molar”.

Existem algumas chaves para começar a entrar em tais raciocínios, sobretudo para o que se daria no âmbito do “molecular”. Não pretendo fazer uma análise exegética de passagens textuais, mas, antes, tentar articular a lógica do molar e do molecular de uma maneira que a interpele “em ato”, entrecruzando a sua existência como conceito (textual) e sua existência como dinâmica da realidade (social).

Uma dessas chaves para o molar e o molecular depende de um reconhecimento: de que os movimentos estruturantes de uma sociedade não se dariam apenas de cima para baixo, de uma esfera institucional para uma não institucional, mas também de “baixo para cima”, oriundos de uma esfera não instituída: aquela na qual se dá o que se costuma reconhecer como “forças de produção”, “energias sociais sem direção determinada”, “multiplicidades”, fenômenos “micrológicos”, entre outros termos. Nisso que vem “de baixo”, entra em cena o fato de que, embora as esferas institucionais deem padrões a nossos atos e formas de pensar, agrupando as práticas em finalidades, especificando-as e hierarquizando-as, a *individuação* de cada movimento continua existindo em cada movimento. Isto é, a pré-figuração institucional de todos os espaços da sociedade não deixa de ser vivida *individualmente* (e não individualmente),

pelos corpos de que ela se alimenta, que agem e sofrem nela. O que significa dizer que ela não deixa de ser povoada pelo que ocorre de forma *singular*, irreduzível ao que já está dado, em aliança genética, portanto, com o não instituído. É diante dessa perspectiva que se torna possível começar a afirmar que todo movimento no campo social constrói “a” sociedade em ato. Pois quer falemos de indivíduos ou grupos, em espaços decisórios ou insignificantes, qualquer movimento dado entra num somatório não totalizante e não sistematizável de fatos que produzem um *socius* indeterminado. Que essa produção, no fim do dia, reproduza estruturas fundamentais d’“a” sociedade, não significa que ela se dê desde o princípio como formas já-instituídas. Significa que as singularidades se encontram capturadas por instâncias sociais, ao mesmo tempo em que elas continuam a se singularizar, sem que uma dimensão anule a outra.

Um raciocínio assim, que requer um escrutínio agudo para diferenças, inclusive as de individuação, de singularidade numérica e de circunstancialidade no tempo e no espaço, talvez pareça exagerado, pouco plausível, proveniente de uma perspectiva ingênua, que tentaria salvar as ações no espaço social do destino que elas, cedo ou tarde, acabam recebendo. Essa é uma das pechas que Deleuze e Guattari acabaram recebendo ao longo dos anos. Mas precisamos avaliar se não se dá justamente o contrário. Se a implausibilidade de tal raciocínio não se origina de uma perspectiva comprometida pela impressão de as estruturas sociais se repetirem dia a dia. E, assim comprometida, acabasse destituindo a anterioridade que as diferenças têm na constituição de qualquer realidade. Acabasse nos eximindo de reconhecer uma individuação “própria” a cada movimento feito na sociedade; de reconhecer o fato de que “por baixo” de sua particularidade, de sua especificidade e do gênero social a que pertence, um movimento ocorre irreduzível a isso, com a potência de gerar, a cada vez, uma particularidade, uma especificidade e um gênero socialmente inédito.

2. As diferenças indetectáveis; os enunciados e a reprodução social

Recomeçemos pelo que se dá mais à vista. É sabido que a descrição da singularidade de cada movimento sensível histórico dispõe de um meio apenas genérico, linguística e conceitualmente, para isso. Um enunciado que venha a descrever qualquer ação humana poderá descrever uma série de ações tidas de mesmo tipo. Não há enunciado que não se refira a uma série de situações possíveis de mesmo tipo a que ele possa se referir. Isso se deve, entre outras coisas, ao fato de que a língua que ele efetua, ou de que ele se serve, implica um manancial de elementos instituídos socialmente. Pois qualquer fato linguístico só se torna fato linguístico quando se repete em mais de um caso, através de mais de um indivíduo, e passa a poder funcionar como uma referência comum para casos futuros que porventura pareçam semelhantes. Uma diferença qualquer, sob essa dinâmica, apareceria necessariamente confundida com o que já existe. Enquanto isso, devemos questionar sobre aquilo de que se trata quando falamos em caso semelhante; se a diferença que a semelhança abstrai merece abstração ou se nela não encontramos indício da irreduzibilidade de qualquer movimento ao semelhante. Aí desenharíamos outro dente de chave para o molecular.

De um ponto de vista atento a todo tipo de diferença sensível, parece que nenhum evento, por mais ensaiado que venha a ser, repete um evento prévio. A diferença no tempo, mesmo que pequena, a diferença no espaço, por menor que seja, as diferenças de movimentos de um evento para outro, por mais automatizada que as ações sejam, as diferenças sensoriais em quem o desempenhou ou sofreu, as diferenças circunstanciais externas, são suficientes para marcarem duas individuações distintas. Mesmo que dois eventos tenham um número x de componentes idênticos, haverá sempre pelo menos um elemento, a sua aparição no tempo, que garantirá a impossibilidade de uma identidade sensível absoluta. Se não há identidade absoluta, deve ter havido um deslocamento de ordem qualquer do primeiro evento para o segundo. Mais do que isso, parece significar que o segundo evento só foi possível graças a esse deslocamento, que o permitiu vir à existência. Trata-se, portanto, de uma

diferença de geração. Uma diferença que parece indispensável para a continuidade de eventos na realidade sensível.

Por isso, que eventos distintos tenham (muitas) semelhanças entre si, talvez não se deva à insignificância das diferenças circunstanciais, mas à necessidade de uma repetição que faça com que um evento, que poderia ocorrer de forma muito diferente, tenda a “repetir” um evento anterior. Para que toda a realidade não se efetue de forma distinta a cada instante, seriam necessárias várias ordens de reproduções. Uma ordem de reprodução físico-química, nas reações e ciclos químicos, para garantir a permanência da matéria “idêntica” a si mesma ao longo do tempo. Uma ordem biológica, em reproduções genéticas para garantir a perpetuação de uma espécie ao longo dos séculos, ou em reproduções metabólicas para garantir a sobrevivência de um indivíduo ao longo de sua vida. Uma ordem social, em reproduções comportamentais, institucionais, estruturais, culturais, para garantir a permanência de uma formação social ao longo dos anos. Parece, então, necessário, em qualquer ordem de natureza, uma operação de reprodução logicamente posterior à possibilidade diferenciadora de um movimento sensível para outro. Posterior significa dizer que a ordem de reprodução não anula o que lhe é anterior. Logo, subsiste nela a presença das diferenciações singularizantes, garantindo a individuação dos eventos mesmo quando acontecem de forma “idêntica”.

Paralelamente, se qualquer descrição enunciativa depende de elementos que designam o que já existe, parece evidente que a depender dos elementos fixos que entram em jogo no enunciado (a identidade sensível dos significantes), só acederemos à parte dos eventos que cabe às reproduções, da natureza ou da sociedade. E que a irredutibilidade de um evento para outro, na medida em que comporta no mínimo uma circunstância distinta, necessitaria para ser percebida ou de outra coisa que não uma língua; ou de um modo de relação com os enunciados descritivos que não se ativesse à fixidez dos significantes. Pois, ou se dá assim; ou necessitaríamos de um enunciado formalmente distinto a cada vez que quiséssemos falar do que quer que fosse – e assim não haveria língua. Logo, na pior das hipóteses, quando um discurso teórico falar de

diferenças aquém das reconhecíveis nos movimentos (humanos), devemos reconhecer que desse mundo jamais conseguiríamos falar ou obter qualquer prova *exata*, linguística e conceitual. Mas, na melhor das hipóteses, e muito mais do recusar a possibilidade de prova exata, trata-se de lembrar que os enunciados se efetuam como *enunciações*; que ocorrem singularmente, *a cada vez como eventos individuados*, de forma irredutível aos significantes fixos e repetíveis, mesmo se aconteçam por meio de significantes fixos e repetíveis.

Se lembrarmos disso, perceberemos que as enunciações, individuadas, efetuam diferenças incapturáveis pela ordem dos significantes, e isso através dos próprios significantes que elas carregam. E essas diferenças efetuadas por elas encontram, não por coincidência, uma correlação direta com as diferenças incaptáveis dos movimentos sensíveis (as que ocorrem por baixo das ordens de reproduções, individuando os eventos mesmo quando ocorrem se reproduzindo). Trata-se, assim, de um duplo devir em jogo: na enunciação e nos eventos “por baixo” das reproduções a que os enunciados se referem.

As coisas se agravam quando pensamos no tipo de relação que uma enunciação estabeleceria com uma realidade sensível dita preexistente. Parece que se a realidade sensível comporta sempre uma diferença logicamente anterior ao que se reproduz, isso significa que as ordens de diferenças sensíveis em jogo num dado estado de coisas podem sempre ser mais numerosas do que aquelas que um conjunto de enunciados (um campo do conhecimento) será capaz de descrever. Significa que, numa realidade físico-química, por exemplo, há uma ordem de diferença além da físico-química, e que se a nomeássemos dizendo quântica, ainda assim haveria uma ordem além da ordem físico-química-quântica. Que, conseqüentemente, a perspectiva enunciativa sobre a realidade sensível a que ela se refere opera um recorte, não apenas sobre diferenças quaisquer irredutíveis ali em jogo, mas quanto a *ordens de diferenças* que se colocam aquém da possibilidade de reconhecimento. A enunciação, assim, direcionaria e reduziria a realidade preexistente não só pelos elementos de que ela escolhe tratar, mas pela outra ordem de realidade que ela deixa de fora ao tomar a realidade como objeto, ordem segundo a qual a realidade se

apresentaria inteiramente outra em relação ao modo como ela se apresenta por enunciados (ou área do conhecimento).

Tudo se torna mais grave quando a tarefa da elaboração teórica visa tratar da sociedade, e quando pensamos na relação intrínseca entre a natureza da língua e a necessidade de que seus elementos tenham sido socialmente instituídos para se tornarem elementos seus. Ora, o simples fato de uma existência sensível ou inteligível, temporária ou permanente, poder ser reconhecida por meio de um significante em mais de uma situação, por mais de um grupo de pessoas, implica uma fixidez para aquilo que é múltiplo e divergente, o que a coloca numa situação favorável à sua instauração como uma instituição na sociedade. *O devir-linguístico que uma existência sofre coloca a sua repetição por vir a um passo da possibilidade de se reproduzir como instituição.* Ao mesmo tempo, na medida em que os significantes se instauram com um alto grau de fixidez, eles se oferecem, e a reboque as existências a que se referem, de forma mais ou menos estável a instituições sociais constituídas, o que os permite se tornarem objetos de relações institucionais. Da perspectiva dos elementos fixos que preenchem os enunciados, só encontraremos, portanto, objetos que concernem ao modo como a sociedade se organiza, e não aquilo que escapa a ela.

Se pensarmos que a língua e os enunciados oferecem não só significantes para uma inteligência, mas referências físicas, chegaremos à intuição de que os enunciados possuem capacidade de intervenção direta sobre a realidade social. Ora recortando uma realidade dada, ora reduzindo as suas dimensões a dimensões mensuráveis, fixas, e afeitas a uma ação de poder, ora tornando-a objeto passivo para uma ação que se dê sobre ela; mas, sobretudo, afastando qualquer possibilidade de reconhecimento de uma outra ordem de diferença agindo em diferenças sociais, uma ordem que faz apelo à atualidade de uma sociedade outra na sociedade em que as diferenças atuais se dão.

O estoque virtual da língua carrega, portanto, uma necessidade de efetuação de poder pela simples efetuação da língua em enunciados. E nisso se deixa ver não apenas uma língua que obriga a dizer, como observa Barthes, mas

uma efetuação que atinge diretamente a capacidade de os corpos se catapultarem para outro modo de sociedade. Os enunciados fazem isso na medida em que se efetuem como enunciados descritivos de situações ou movimentos humanos. A individuação dos movimentos humanos, aquilo que não se expressa em elemento fixo de língua, em conceito estável de pensamento – o gênero de diferença presente em cada ato social, capaz de implodir a sociedade inteira e levá-la à outra condição –, se encontra contra-efetuado pela efetuação enunciativa que parece adequada a descrever um movimento humano. Nós vivemos singularmente cada gesto, mas contra-efetuamos a potente singularidade de cada gesto não só porque eles se dão de forma repetitiva ao longo da semana, dos anos, mas porque se perde de vista o potencial de suas individuações ao tê-las sob a sombra do estoque virtual da língua. Não é nem mesmo necessário que um indivíduo descreva mentalmente para si aquilo que ele faz num momento preciso – até porque ninguém faz isso. Todos vivemos sem descrever minuto a minuto o que vivemos – o que dá a dimensão da diversidade do que experienciamos, sem enunciados que estanquem o que passa pela gente. Mas a simples presença virtual da língua como estoque possível para se pensar a realidade interior e exterior em que um indivíduo se encontra age reativamente para ajustar a multivocidade da realidade a um padrão relativamente genérico, que um enunciado descritivo encabeça. É como se a cada vez que alguém dissesse – “o que você vive no seu quarto não se deixa descrever sob algo vivido por alguém num quarto; há nisso que você vive sozinho uma potência instauradora de nova ordem social” –, aparecesse imediatamente um enunciado reativo para ajustar a multiplicidade potencial sob uma descrição realista e adequada.

E o problema parece anterior à dinâmica dos enunciados linguísticos. Porque esta apresenta uma relação direta com o modo como uma sociedade, se organizando, se dá a ver, e dá a ver o mundo (bem como aquilo que ela não consegue capturar). A chamada organização social se efetua como distribuição de corpos, estruturas físicas, atividades instituídas, tempos distribuídos qualitativamente, espaços coletivos com funções específicas, separação entre

público e privado, tempos livres e ocupados: tudo isso se oferece como um primeiro recorte da realidade social possível, um modo social de os objetos se conectarem uns com os outros, de os tempos sociais se organizarem e se encadearem, de os espaços se darem: *uma realidade filtrada por uma espécie de lógica social advinda das estruturações físicas e não do pensamento*; e que consiste na realidade-limite com a qual uma língua surge, e que a língua tem como horizonte de referência. A sintaxe é sociedade muito antes de ser língua. Assim como os substantivos são existências socialmente instituídas antes de serem meros vocábulos. Na plausibilidade de uma sociedade se construindo a cada vez diferente se si mesma apesar de suas reproduções, trata-se de reconhecer: que há aí um problema de percepção, de registro – e não apenas de mecanismo social sufocante; que os enunciados confirmam a sociedade em vez de divergi-la; e que eles agem capturando as possibilidades de devir – silenciando o molecular.

3. O que podem as enunciações e o que pode o molecular

Estaríamos, assim, cercados; de cima para baixo, de baixo para cima, e por todos os lados: se vivêssemos apenas de enunciados, reproduções sociais e saberes institucionalizados. No entanto, como intuímos, os enunciados não nos oferecem apenas significantes fixos, os recortes fixos correspondentes, e a passividade ao poder. Os enunciados se efetuam em enunciações, que divergem do que se repete e fazem divergir o que se reproduz. Não há a necessidade de se inferir a organização da realidade social pela forma como se pode descrevê-la com enunciados. Em todas as práticas, espaços, momentos, efetua-se a parte que permanece aquém do que pode ser reconhecido por significantes descritivos. Como já dito, vive-se cada segundo, em cada parte onde há vida humana, não apenas o que há de genérico, instituído ou institucional, mas as singularizações potencializadoras, incaptáveis do ponto de vista linguístico. A realidade sensível com que a sociedade se efetua se dá através de ordens de diferenças que não se deixam restringir pela estrutura

social em que uma realidade se dá, nem pelo enunciado com que se poderia descrevê-la. Há dimensões num gesto qualquer que não encontram nome no estoque que a língua fornece para descrevê-las. A sociedade se constrói com uma face distinta a cada ato que se faz dentro ou fora das instituições e do que se crê instituído nela.

Para o que se dá nessa dimensão, Deleuze e Guattari encontraram o conceito que introduzi no início deste texto e cuja natureza e limites tentei desenvolver aqui – o de molecular. Já para o que se dá numa esfera passível de ser descrita com os significantes da língua, para o que se permite designar de forma estatística, Deleuze e Guattari encontram o conceito de molar. Não se trata, segundo eles, de afirmar que uma esfera (a molecular) pertença à realidade, e a outra (a molar) à linguagem, da lógica ou à ideologia. As duas esferas são reais, tratam de eventos reais, com a diferença consistindo em, como eles dizem, sistemas de referência distintos: no molecular ocorre a face dos movimentos sensíveis potencializadores que não se deixam capturar (nem por enunciados historicamente determinados); no molar ocorre a face que concerne ao estabilizado socialmente, ao que se reproduz (descritível por enunciados historicamente determinados). Não há, tampouco, paralelismo nas duas esferas. Mas, ao contrário, aquilo que se constrói em ato em todo movimento da sociedade defronta-se o tempo inteiro com a reprodução social, a qual captura a construção em ato da sociedade a fim de dirigir essa construção àquilo que já está constituído e vinculado a relações de poder; a qual, no entanto, jamais consegue deter as modificações da sociedade atual operadas pelos atos mais simples, que sempre surgem com a sua parcela de irredutibilidade.

Para lidar com a dimensão do indetectável linguisticamente, Deleuze e Guattari lançam mão de uma astúcia linguística, apoiada na singularidade das enunciações. Valem-se, às vezes, de vocábulos correntes de nosso dia a dia e da teoria, mas emprestando-lhes sentidos e alcances bastante distintos. Outras vezes, valem-se de vocábulos oriundos de campos não filosóficos nem sociológicos, muitas vezes provenientes de campos das ciências naturais e matemáticas (como “molar” e “molecular”), para designar o que ocorre no âmbito

do indetectável socialmente. Com isso, em vez de se valerem de vocábulos investidos de uma relação histórica com o instituído socialmente, reservam o não instituído a vocábulos “neutros” do ponto de vista histórico da sociologia e da filosofia. Jogam com o caráter variável dos significantes, e com o caráter relativo das dimensões do molar e do molecular: pela diferença de uso que fazem entre vocábulos “comuns” e vocábulos “incomuns”, pela diferença entre uso familiar e uso não familiar de vocábulos, conseguem transferir para eles a relação intrínseca do detectável com o indetectável, já que o vocábulo incomum, de difícil reconhecimento, sempre trará um componente que estará escapando não só ao leitor, mas às realidades identificáveis a que se pode atribuí-los. E como qualquer enunciação opera um recorte sobre os possíveis estados de coisas pensáveis a que se referem, os vocábulos comuns operam o recorte molar dos estados sociais pensáveis, enquanto os incomuns ficam ao encargo de recortar a dimensão incomum do molecular. Deleuze e Guattari descrevem, fixando vocábulos insubmissamente, uma realidade não instituída, que só é possível descrever através de uma criação de pensamento.

Assim – quando, para nomear seus conceitos, se valem de vocábulos como “rizoma”, “platô”, “máquina desejante”, “corpo sem órgãos”, “molar” e “molecular”, isto é, vocábulos de campos extrínsecos ao das ciências humanas, cujo uso no âmbito do pensamento filosófico não tem preâmbulo –, torna-se possível descrever uma série de fenômenos sociais indetectáveis aos nossos olhos e ouvidos institucionalizados. As relações não dadas que se formam entre os corpos, através de circuitos fora das institucionalidades mesmo que dentro delas, se oferecem ao pensamento. A conexão entre corpos que não estão no mesmo espaço físico e mesmo tempo cronológico se torna patente. O modo de os corpos se constituírem em ato, com partes internas se tornando externas, e objetos externos se tornando partes suas, se torna plausível. A indiferença entre a natureza daquilo que entra em relação e se torna parte (temporária) de uma mesma existência, como a possibilidade de um corpo humano fazer corpo com objetos não humanos; de a natureza se dar em construções tecnológicas com a mesma dinâmica que se dá em relações ditas naturais; tudo isso se torna

manifesto. Assim como se torna factível a possibilidade de discernir com acuidade os limites constitutivos de uma sociedade determinada, seus mecanismos de reprodução, mesmo estando dentro dela.

Em suma, por meio do pensamento construído em *O Anti-Édipo* e *Mil platôs*, torna-se possível pensar como, da mesma forma em que, neste instante, um mecanismo estatal e capitalista sufoca a invenção de uma nova sociedade, a sombra de uma nova sociedade também está sendo produzida, por relações atuais, em movimentações comuns, criando pontes não instituídas, que podem ser conectadas, exploradas, para serem melhores desenvolvidas. Torna-se factível, também, a proposição de que para derrubar o capitalismo não há necessidade de derrubar o capitalismo. Não que devamos nos sujeitar a ele, mas sim que não se trata de esperar uma transformação social e uma construção de nova sociedade que fizesse apelo a uma revolução em escala macrossocial, e, por isso mesmo, cada vez mais na ordem da utopia. As transformações estão em curso, o devir é revolucionário a cada vez que ocorre – e um devir-comunitário substitui a cada lance a planificação de uma futura sociedade comunista. Sobretudo, as transformações concernem ao micropolítico, que, às vezes, dá outro curso a uma instituição sem que essa instituição seja derrubada; inventa uma nova sociabilidade nos limites de uma sociabilidade dada; produzem eventos transformadores através de práticas que apoiam seus acontecimentos em dimensões não detectáveis fisicamente.

Nada disso desimplica os agentes sociais, os agrupamentos menores e aqueles por vir, de modificarem institucionalmente a sociedade dada. Permite, antes, o desatamento de fluxos insurgentes, em cada situação social passível de ser considerada. O desatamento, por sua vez, leva a possibilidade de conectar fluxos insurgentes com fluxos insurgentes, conduzi-los a espaços mais decisivos. Permite, ainda, o desatamento de linhas estabilizantes, que estiverem estancando práticas que têm em sua natureza um movimento contra-institucional. Permite, entre tantas coisas (para terminar com uma sugestão crítica), desfazer um deslumbre de classe média que, colocando a arte como paradigma existencial, coloca-a segundo as suas coordenadas molares,

identificáveis aos sujeitos, às suas vidas privadas, aos grupos estatisticamente constituídos, em vez de fazer apelo à expropriação generalizada dos fenômenos singulares agenciados pelas obras literárias, vinculando-os a agrupamentos minoritários produzidos exclusivamente pela literatura, que impulsionam as lutas minoritárias travadas atualmente na sociedade, e colocam em xeque os padrões políticos majoritários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Deleuze, G. & Guattari, F. (1972). *O Anti-Édipo*. São Paulo: Ed. 34.

Deleuze, G. & Guattari, F. (1980). *Mil Platôs*. São Paulo: Ed. 34.

Marx, Karl. (2017). *A Ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo.